



Assembleia Municipal de Azambuja
APROVADO
Em reunião de 28/9/2023
Com: Unanimidade
-----votos a favor-----
-----votos contra-----
-----abstenção-----

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA TEMÁTICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2023

I – ABERTURA -----

----- Ao dia onze do mês de abril de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e trinta minutos reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Auditório do Pátio do Valverde, na freguesia de Azambuja, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- Ponto 1 – Apresentação e discussão do Plano Municipal para a Igualdade de Azambuja “Azambuja + Igual” -----

II – PRESENCAS -----

----- Mesa da Assembleia: -----

----- Presidente – Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos -----

----- Primeiro Secretário – Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição -----

----- Segunda Secretária – Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo -----

----- Membros da Assembleia Municipal: -----

----- Encontravam-se presentes os membros senhores António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos Alberto Cláudio Pires, Carlos Alberto Rafael da Fonte, Cláudia Helena Domingos Gomes, Cláudio André Serrano Horta Salema, David José Pinto Mendes, Elisete Maria Vitorino Rodrigues, Firmino Miguel Santos Amendoeira, Francisco António Galvão Morgado, Gustavo Bruno Borda de Água, Helena Maria Amorim Maciel, Horácio Gomes Ribeiro, José Avelino Colaço Correia, José Luís Marques dos Santos em substituição de Gonçalo Luís Mesquita Ferreira, José Manuel Fortunato Martins, Maria de Fátima Gaspar Pinto, Maria João Martins Canilho de Sousa, Maria Manuela Leandro dos Santos Firmino em substituição de José Vieira Navarro de Andrade, Marta David Gondar Diniz, Natália Maria Andrade Peres, Sérgio Paulo de Sousa Alexandre e Tiago João de Freitas Santos em substituição de Nelson Caetano Rodrigues. Faltaram os Senhores Deputados António José da Fonseca Nobre e Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas. -----

----- Membros da Câmara Municipal: -----



----- **Presidente** – Silvino José da Silva Lúcio -----

----- **Vereadores** – Firmino Rui Silva Morgado -----

----- Marina de Oliveira Vieira Mendes Correia -----

----- Mara Lúcia de Almeida Oliveira -----

----- José Paulo de Carvalho Pereira -----

----- Rui Pedro Figueiredo Corça -----

----- Maria Inês da Graça Louro -----

----- Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi verificada a existência de quórum. -----

III – SUBSTITUIÇÕES -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia informou de que, ao abrigo do n.º 1 do artigo 78º e do n.º 1 do artigo 79º ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na sua atual redação, solicitou a sua substituição, nesta Sessão, o Senhor Deputado **Alexandre José Gomes Grazina**, representante do PS sendo substituído pela Senhora Deputada **Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas**, representante do mesmo partido na lista admitida, o Senhor Deputado **Gonçalo Luís Mesquita Ferreira**, representante do PS sendo substituído pelo Senhor Deputado **José Luís Marques dos Santos**, representante do mesmo partido na lista admitida, o Senhor Deputado **Nelson Caetano Rodrigues**, representante do PSD sendo substituído pelo Senhor Deputado **Tiago João de Freitas Santos**, representante do mesmo partido na lista admitida e o Senhor Deputado **José Vieira Navarro de Andrade**, representante do PSD sendo substituído pela Senhora Deputada **Maria Manuela Leandro dos Santos Firmino**, representante do mesmo partido na lista admitida. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início à reunião, cumprimentou os presentes e o público que assistia via Youtube, no canal da autarquia. -----

IV – ORDEM DO DIA” -----



----- Ponto 1 – Apresentação e discussão do Plano Municipal para a Igualdade de Azambuja
“Azambuja + Igual” -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Vera Braz, expôs que o tema que os levava até ali, é um tema muito importante e que merece a dignidade que querem trazer para o mesmo. Estarem ali, é dar visibilidade perante os munícipes, de forma a envolverem a comunidade, para que possam estar todos envolvidos naquilo que se pretende, porque falarem de igualdade, é falarem de direitos humanos e falarem de justiça social. Os planos municipais para a igualdade vêm dar cumprimento ao que está estabelecido no regime jurídico das autarquias locais, e enquadra-se também na estratégia nacional para a igualdade e para a não discriminação 2018-2030, alinhado também com a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Trata-se de um compromisso assumido pela administração local, que em cooperação com a administração central assume a integração da perspetiva de género em todos os seus domínios de ação, enquanto agentes de mudança e promotores de boas práticas de cidadania e de respeito pela diferença. O que se pretende com o compromisso, é que seja estendido a todos, que seja estendido à comunidade, porque só com o empenho de todos é que conseguem ter uma sociedade mais equilibrada, que aceite a igualdade de direitos e deveres, entre homens e mulheres, que elimine estereótipos e que garanta o acesso às mesmas oportunidades e a reeducação do sexismo. De seguida, irão ter uma apresentação do plano por parte de uma convidada, a Doutora Sónia Fertuzinhos, consultora da SHL, que é a empresa contratada pelo município para a realização do plano municipal para a igualdade. -----

----- A Doutora Sónia Fertuzinhos, começou por dizer que o plano é uma opção do município, que a propósito de um processo de candidaturas da comissão para a igualdade e cidadania, apoia os municípios para elaboração e implementação de planos municipais da igualdade. No trabalho preparatório, estudaram exaustivamente o site da câmara municipal, todos os documentos e todas as áreas. Tiveram a oportunidade de fazer o trabalho conjunto com a equipa da igualdade, e num dos documentos tem uma frase que julga que enquadra muito bem, quer a perspetiva de desenvolvimento do concelho de Azambuja, quer a perspetiva do plano para a igualdade que é “Azambuja somos todos iguais e somos todos diferentes”. E porque são todos iguais e são todos diferentes, o Plano Municipal de Igualdade e Não Discriminação Azambuja + Igual, é exatamente como mote principal, aquela ideia que é reforçar as condições de desenvolvimento do concelho e da



sociedade de Azambuja. A apresentação tem seis pontos. Por um lado o enquadramento institucional do plano, por outro lado os objetivos que presidiram à candidatura que permitiu o financiamento deste plano, depois as condições prévias para o sucesso de um plano municipal da igualdade, os resultados do diagnóstico, porque todo o trabalho teve um processo de várias fases, a primeira fase foi um diagnóstico participado que envolveu várias pessoas e vários instrumentos de diagnóstico colaborativo e que permitiram retratar a realidade do concelho de Azambuja na perspetiva da igualdade, de forma a perceberem quais são os pontos fortes, quais são os pontos fracos, onde é que os dados no relatório dizem que as medidas de política pública precisam de ser orientadas. Logo de seguida, os cinco E estratégicos e os seis objetivos SMART do plano de ação. O plano de ação pela própria estratégia nacional para a igualdade e não discriminação, obriga a uma determinada estrutura de todos os planos municipais, obriga a uma estrutura, obriga a determinadas áreas que têm de ser tratadas, mas depois obviamente que cada município adapta à sua realidade aquilo que tiver de ser adaptado, sendo que há questões que são obviamente transversais, porque Azambuja é Portugal, e portanto, há uma realidade que é transversal a todo o país. Depois, a centralidade das lideranças, ao nível do município nos diferentes âmbitos, assembleia municipal, câmara municipal, juntas de freguesia, mas depois todas as organizações, todas as instituições do município, para além dos cidadãos e das cidadãs e finalmente a organização do plano municipal para a igualdade. No primeiro ponto, objetivos de desenvolvimento sustentável, estratégia nacional, obviamente que os documentos estratégicos para o desenvolvimento de Azambuja, e depois os guias para a intervenção a nível local que é um instrumento criado pela própria estratégia municipal. Os principais objetivos da candidatura, e que no fundo marcam todo o processo e que vão marcar todo o processo de implementação e de avaliação do Plano Municipal para a Igualdade Azambuja + Igual, por um lado, integrar a transversalidade da igualdade na organização da câmara municipal, ou seja, transversalizar o princípio da igualdade a toda a atividade e a todas as dimensões políticas e públicas do município. Por outro lado, comprometer os atores, as instituições económicas, sociais, culturais, associativas, e quando referem comprometer, não é apenas, por exemplo, fazerem uma apresentação e depois a equipa para a igualdade ficar sozinha a implementar o plano, a ideia é que o plano, as medidas que o integram são para ser trabalhadas com as pessoas a quem são dirigidas, sejam instituições, cidadãos ou cidadãs. Depois, assumir a igualdade de género e a não discriminação como meio estratégico para



o desenvolvimento económico, social, cultural e demográfico do município. A questão da igualdade de género e não discriminação é muitas vezes, e bem, associada às dimensões sociais, à dimensão da responsabilidade social, à dimensão da cidadania, mas é muito mais do que isso. Atualmente, podem quantificar o impacto económico no município de Azambuja no plano municipal para a igualdade. Promover a igualdade entre mulheres e homens e a não discriminação, é um jogo em que todos ganham economicamente, socialmente, culturalmente e do ponto de vista demográfico. Depois, muito importante, a definição de indicadores, a produção de conhecimento, as medidas e o plano só cumprirão o seu papel, só justificará o envolvimento, para além do investimento financeiro a que lhe está associado, se de facto produzir conhecimento, se melhorar a capacidade do município, de todos e das pessoas que estão lá fora, saberem mais sobre a realidade do município, na perspetiva da igualdade e da não discriminação. Essa é também a condição fundamental para que uma assembleia municipal possa fiscalizar melhor o executivo nessa medida, para que os cidadãos e as cidadãs possam participar mais, para que as organizações, as empresas possam de facto também, sabendo mais, poderem querer saber mais e criar mecanismos para isso mesmo e poder esta perspetiva de a igualdade ser integrada aos níveis de decisão nas diferentes dimensões económicas. Os pontos de partida positivos, os objetivos claros desde o processo da candidatura, desde o início que o executivo sabia muito bem para onde é que queria ir, e isso facilita imenso e reforçou muito a candidatura. Dos questionários que foram feitos, para além dos focos de grupo, das questões que foram colocadas, os resultados indicam claramente que as pessoas entendem este como um tema muito relevante, sendo um ponto positivo, pois se as pessoas acham que é importante, estão mais disponíveis para participar e para se envolverem. Por outro lado, a própria estratégia de desenvolvimento do município, que assume claramente em todos os documentos disponíveis e na análise das políticas públicas locais que pretende assentar na educação, na capacidade de atração e retenção de talento, de mão de obra qualificada, na centralidade da política de habitação, na forte relação com o associativismo e na aposta da inovação e do empreendedorismo a sua base forte para o desenvolvimento. Quanto aos pontos menos positivos, por um lado, a força dos estereótipos, que é transversal ao país, por outro lado, sendo também uma realidade transversal ao país, é que há pouca reflexão, as pessoas pensam pouco sobre a questão, que se ouve todos os dias, mas aquilo que se ouve não traz muitos dados para que depois as pessoas possam ter uma reflexão mais aprofundada. As pessoas acham que é



importante, mas por exemplo, quando fizeram perguntas como, “conhece os mecanismos da autarquia e da legislação ao nível nacional para prevenir a discriminação no local de trabalho”, quase 80% não conheciam. A importância dos dados, a importância do conhecimento, porque sem conhecimento não há capacidade crítica, e sem capacidade crítica não se conhece o que há. Por outro lado, a natural rigidez e inércia, das instituições públicas e privadas, mas é para isso mesmo que existem os planos e que existem as estratégias e, portanto, é um caminho para se ir fazendo. Os cinco eixos estratégicos, igualdade e não discriminação como condição para o desenvolvimento, que é o grande ponto de partida e é o que enquadra todo o plano de igualdade e capacidade crítica em igualdade e não discriminação, igualdade e cidadania, emprego e conciliação, institucionalização da política pública local de géneros. Há seis objetivos SMART, que basicamente quer dizer, que tem de ser preciso, tem de ser quantificado, tem de ser medido e tem de ser avaliado. A estratégia quer que os municípios, como a própria administração central e as organizações, possam ter nesses planos, um ou mais planos, e instrumentos que permitam introduzir mudanças, portanto, esse ponto é fundamental. Pegando no primeiro, aumentar a capacidade crítica, ou seja, diminuir a percentagem de desconhecimento geral que foi visto na fase de diagnóstico para metade. A proposta para aumentar a capacidade crítica é, através da discussão permanente com a criação de um painel de cidadãos e cidadãs, através da formação e obviamente que essa formação com os diferentes públicos-alvo, como de resto todas as medidas são para ser trabalhadas com esses mesmos públicos-alvo e, portanto, propõe-se que a assembleia municipal possa participar na questão da formação. Será a própria assembleia municipal, com a própria equipa local para a igualdade, a perceber qual a melhor maneira e que temas poderão ser os mais ajustados para desenvolver. A formação de igualdade de género a todos os níveis da própria organização da câmara municipal, as chefias, mas que se possa chegar também a todos os colaboradores e envolvendo mais uma vez as juntas de freguesia, e depois, a formação pode ser e deve ser estendida a várias organizações no âmbito de várias medidas, e também com a elaboração da publicação anual igualdade de género em Azambuja. A publicação anual, à medida que forem sendo recolhidos, criados indicadores, por exemplo, um indicador que faz sentido e que é preciso desagregar em função do sexo, para se perceber como intervir na questão da conciliação, que é o número global das faltas para assistência à família. Desse número global, qual é a percentagem utilizada por homens, e qual a utilizada por mulheres, o mesmo



em trabalho extraordinário, portanto, é o trabalhar dos indicadores que já existem, e a criação de novos indicadores que vão permitir criar conhecimento ao longo do tempo, que depois vão permitir elaborar o relatório, que a ser discutido anualmente, permitirá aumentar o conhecimento, a capacidade crítica e o papel de cada um na mudança que o plano insere. O princípio de que a igualdade é condição para o desenvolvimento, não é apenas uma questão social, de cidadania, de direitos humanos, é muito mais do que isso, e é importante que as pessoas compreendam isso. Se vincarem apenas a questão social da igualdade, mais a questão da igualdade, ainda por cima porque as pessoas têm a tender para uma questão de mulheres, o que estão a somar é fatores de desvalorização da área e, portanto, além de efetivamente haver um valor económico, social, cultural, demográfico, também é estratégico salientarem sobretudo essa dimensão que é menos conhecida, quer no discurso político, quer no discurso em sociedade. Clarificou que o Plano Municipal Azambuja + Igual não é um plano de mulheres para mulheres, é um plano de mulheres e de homens, para mulheres e homens, porque se os estereótipos e as construções sociais trazem dificuldades às mulheres de forma historicamente pesada, também é verdade, que esses mesmos estereótipos também têm impactos negativos nos homens. Um exemplo disso é os rapazes terem menos sucesso escolar do que as raparigas. Não é por acaso que há mais rapazes em determinadas áreas vocacionais do que as raparigas, que estão representadas em determinadas áreas vocacionais. Não é por acaso que é difícil, no contexto empresarial, para muitos homens exercerem o direito enquanto pais, não naquilo que são os direitos obrigatórios, mas naquilo que é partilhável, naquilo que é uma opção do pai, e também há estudos que mostram isso muito bem na realidade empresarial portuguesa. Até os próprios pais se sentem inibidos, na família ou socialmente, em dizer que vai exercer o direito enquanto pai. A organização do plano tem duas fases, e salientou a organização para perceberem duas coisas. A primeira é que essas medidas obviamente seriam inexequíveis dentro do período previsto na candidatura para o financiamento do plano e, portanto, são duas fases, e a primeira é até ao fim do programa, mais ou menos até julho do ano corrente, e depois, a opção política com todo o apoio técnico, foi obviamente o de haver uma segunda fase até ao final do ciclo político. Naturalmente, poderá haver outras opções políticas e será sempre necessário medidas políticas, pois a sociedade vai evoluir, mas o objetivo é que independentemente das pessoas, se consiga que os ganhos económicos, sociais, culturais, demográficos que forem conseguidos na primeira fase, que o



comboio a seguir quase que tenha uma parte em que anda sozinho e depois, a outra parte vai depender das lideranças políticas e da vontade, obviamente, das organizações e das pessoas do município de Azambuja. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria João Canilho do grupo PSD, afirmando que tinha duas questões, sendo a primeira sobre a constituição da equipa municipal do plano. A segunda prende-se com a candidatura e o financiamento do plano, pois gostaria de perceber melhor exatamente o que a candidatura tem e que parte do plano é que financia ou se financia na totalidade. -----

----- Em resposta, a Doutora Sónia Fertuzinhos expôs é um financiamento comunitário em que a entidade promotora é a CID (Comissão para a Igualdade). Nessa candidatura, o município de Azambuja teve um financiamento que cobre o total do trabalho afeto ao plano municipal. -----

----- A Senhora Vereadora Mara Oliveira, referiu que a equipa é constituída por dezasseis elementos, nomeadamente, o município, o conselheiro interno Paulo Natário, a conselheira externa Catarina Lamas, a Eugénia Maniés que está afeta ao GIP, o Carlos Dionísio que está afeto à juventude e desporto, a Maria João Martins dos recursos humanos, o Jorge Blanco da comunicação, a Catarina Gonçalves da educação, o Luís Carvalho da ação social, o Pedro Melo da DIOM, a Carla Roma do urbanismo, a Lara Vitorino do DAF, a Maria João Martins da cultura, e depois têm a MDM (Movimento Democrático das Mulheres), o Rui Pinto e a APAV. Irão ainda ser eleitos dois membros da assembleia, que serão dois presidentes de junta de freguesia. -----

----- A Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do grupo CHEGA, começou por agradecer à câmara municipal pela adesão ao plano, há muito já necessário no concelho. Lamentou que o documento tenha erros ortográficos, que foram assinalados e enviados. Solicitou, uma vez que o documento não irá ser aprovado, que aquando da sua aprovação possam receber um documento correto. Na página oito, coluna ações, segundo quadrado, gostaria de saber se do questionário que fizeram, dos documentos que analisaram, se só existe violência contra as mulheres, se também não há contra homens e contra parceiros do mesmo sexo. Depois, na página nove, coluna ações, se existe de facto assédio no trabalho no concelho, e o que é que significa no âmbito dos regulamentos, se vai ser incluída alguma norma nos regulamentos. Na página onze, pretende-se realizar um trabalho conjunto do executivo com a assembleia municipal, e questionou que tipo de trabalho é que se pretende que seja feito. Na página doze, coluna responsável, fala-se em consideração de apoio especializado –

academia, e perguntou o que significa. Na página catorze, comissões sociais interfreguesias, questionou que trabalho se pretende fazer. Depois, na página dezasseis, coluna ações, parece que falta algum texto no terceiro parágrafo, acontecendo o mesmo na página dezoito, coluna indicadores. Na página dezanove, gostaria de saber se na coluna ações, primeiro quadrado, se o trabalho conjunto que a câmara municipal pretende desenvolver com as instituições e com as escolas, se é mesmo desde a creche até ao secundário, ou será desde o pré-escolar. Na página vinte, fala-se em empresas promotoras da igualdade e diversidade, e gostaria que desse algum exemplo, de uma empresa que já pratica essa boa ação. Por último, na página vinte e três, quarto parágrafo, diz assim “A confiança no sucesso do primeiro Plano Igualdade e Não Discriminação de Azambuja está no nosso compromisso político, mas na dinâmica da nossa comunidade”, e acha que falta uma palavra. -----

----- A Doutora Sónia Fertuzinhos, assumiu completamente os erros ortográficos, e pediu desculpa pelo sucedido. Quanto à violência contra as mulheres, compreende a sua questão, mas de facto os números indicam, que há violência de género, e as mulheres são as vítimas dessa violência de género e isso assenta nas construções sociais e na perspetiva de poder associado ao masculino e ao feminino. A violência tem género e as pessoas que cometem essa violência também têm género, e são maioritariamente homens e, portanto, não se trata aqui de quererem mais uma vez tornar as questões, qualquer uma delas, como questões de mulheres, mas há realidades que não podem ignorar, e as mulheres são a esmagadora maioria da violência doméstica contra as mulheres. Há outros tipos de violência doméstica, por exemplo, relativamente às pessoas mais velhas, há violência doméstica noutras dimensões ainda, contra as crianças por exemplo, mas a questão da violência doméstica relativamente às mulheres explica-se pelas normas sociais, pela construção dessas normas sociais e pela forma como essas normas sociais refletem o poder das mulheres e dos homens, e por isso é que é formulado da forma que está no documento. Relativamente ao assédio e aos regulamentos, julga que o executivo poderá responder, pois é uma resposta mais política do que técnica. O trabalho com a assembleia municipal, é para ser discutido, e naturalmente, que não querem apresentar um plano como receitas prescritas, antes de falarem com as pessoas para quem elas se dirigem. O plano dá indicações, pela sua leitura, pelo que está escrito, do que é que poderá ser esse trabalho, nomeadamente, ao nível da formação, mas pode haver outro tipo de trabalho, por



exemplo, pode ser criado um mecanismo para garantir que tudo aquilo que depende da assembleia municipal, em termos de aprovação nas diferentes áreas em que a mesma tem responsabilidade para exercer, garantirem que a perspetiva de género é equacionada, é pensada, e se for caso disso, implementar nos documentos. O apoio especializado e a academia, o que isso quer dizer é que em cada momento, considerarem que é necessário recorrerem à academia, a um apoio especializado por exemplo, está previsto ser trabalhado com a ordem portuguesa dos psicólogos, o plano a desenvolver na estereotipação, a estereotipação das escolhas vocacionais por exemplo e, portanto, trabalharem com a ordem dos psicólogos, que por exemplo, do ponto de vista da ciência comportamental pode ajudar muito a desenhar o tal plano que pretendem, e que pretendem que seja da creche até ao secundário. Referiu um documento muito importante, que foi divulgado em março do ano corrente, sobre a questão da educação, das qualificações e das escolhas vocacionais na perspetiva de género. Há uma conclusão do mesmo, que faz uma revisão da literatura, em que refere que é até aos cinco anos, ou seja, a fase até aos cinco anos a fase em que as crianças mais absorvem tudo aquilo que depois se vai moldar no consciente e no subconsciente, a própria visão da sociedade, nomeadamente, os papéis sociais atribuídos socialmente às mulheres e aos homens. A creche e o pré-escolar têm de facto uma importância fundamental, quando se diz da creche até ao secundário, percebem que é um trabalho para fazer no tempo, mas o foco e a prioridade deverão ser colocados nessa faixa etária, pelas razões que o estudo refere. Relativamente às comissões interfreguesias, estas têm um trabalho muito de proximidade, e que se pretende que seja muito articulado e integrado entre as diferentes dimensões. Trabalhar com as comissões a perspetiva de género e garantir que a política pública local da igualdade de género, não é apenas trabalhado ao nível da câmara municipal, da assembleia municipal ou da junta de freguesia, mas que vá o mais próximo daquela dimensão onde as medidas de política são implementadas e onde as pessoas sabem bem qual é a realidade das pessoas, organizações, associações. Em relação às empresas, o que propõe é que haja uma ligação das empresas do município com redes internacionais e nacionais, por exemplo, existe uma rede nacional que é o AIDDDGIN que está associada à comissão para a igualdade no trabalho e no emprego, e empresas fazem parte dessa rede. A ideia é que o plano possa promover que empresas do município que não estejam na rede, possam estar e trabalhar também essa dimensão, que possam visitar empresas que sejam exemplo de boas práticas, e por essa via, terem

conhecimento, capacidade crítica, capacidade de perceberem de que forma é que os bons exemplos e práticas, se podem ou não adaptar à empresa. Se não houvesse o compromisso político com a igualdade, não havia plano municipal para a igualdade, portanto, é porque há compromisso para a igualdade que o plano existe, pois, as câmaras municipais não são obrigadas a candidatar-se a financiamento. Referiu que o município de Azambuja e a própria câmara, tem um trabalho desenvolvido em diferentes frentes, quer do ponto de vista interno, quer do ponto de vista do território que são uma boa base para que o trabalho do plano municipal possa não só, ser bem implementado, como possa resultar naquela situação usando a teoria dos jogos. Um plano que faça com que todos e todas ganhem, sejam empresários, sejam alunos, professores, pais, autarcas, e que de facto seja um instrumento de promoção do desenvolvimento e da coesão do município. -----

----- Interveio a Senhora Vereadora Mara Oliveira, mencionando que relativamente ao código da boa conduta, tinha sido no corrente ano que o aprovaram em reunião de câmara, que é o código da boa conduta para o assédio a nível interno, elaborado conjuntamente com os recursos humanos. -----

----- A Senhora Deputada Marta Diniz do grupo CDU, começou por salientar e saudar a vontade no objetivo de conseguirem atingir a igualdade plena no concelho de Azambuja, sobretudo no mês em que se celebra a revolução de abril e a constituição, que contém em si, o princípio da igualdade e da não discriminação no seu artigo treze. Adicionou que a igualdade não pode ser uma palavra vazia, ou seja, não pode ser uma palavra da boca para utilizarem, tem de ser uma igualdade de material, tem de ter uma substância, deve ser possível de ser palpável na vida e relações sociais. Uma das medidas presentes no plano, passava pelo aumento da presença feminina no site do município, e também nas fotos que ilustrassem a situação do município. Apesar de compreender e pensar que é necessário, no seu entender, a igualdade deve ser material, ou seja, muitas das questões relativas à desigualdade de género, mas a outras desigualdades devem ser colmatadas na sua essência, na sua substância económica, nas desigualdades económicas que se sentem do ponto de vista social, da habitação e dos salários. Expôs que gostaria de adicionar à senhora deputada do CHEGA, que pelos vistos não tem conhecimento sobre a realidade dos trabalhadores no concelho de Azambuja, que quando estavam em contacto com os trabalhadores da SONAE e DHL, lhes foi relatado um caso de assédio laboral. Por último, afirmou que o grupo municipal da CDU entende e saúda o plano, no entanto, irão ficar atentos ao cumprimento do mesmo, e salientou que a igualdade deve ser material, deve passar

por uma resposta do ponto de vista municipal, mas também do ponto de vista do governo central às questões económicas fundamentais. -----

----- O Senhor Deputado Firmino Amendoeira do grupo BE, leu o texto que se transcreve: “O Bloco de Esquerda saúda a iniciativa da criação de um Plano Municipal para a Igualdade. No entanto, entre o que se define como prioridades no Eixo Estratégico I (Página oito – medida para constar no sito do novo separador de “serviços”), as segundas e terceiras “áreas organizadoras”, respetivamente: “Prevenção da Violência contra as Mulheres e da Violência Doméstica” e “Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e características sexuais”, não devem ficar esquecidas nas restantes estratégias, sempre que é mencionada apenas a primeira: “Igualdade entre Mulheres e Homens”. Por esse motivo, recomendamos que sejam acrescentadas em vários locais do documento, onde apenas se refere a “Igualdade entre Mulheres e Homens”, também as já referidas expressões. Da mesma forma, também a sigla ND nos parece estar muitas vezes ausente, situação cuja revisão recomendamos. Aproveitamos para salientar o quanto o Bloco de Esquerda se tem vindo a pugnar e a lutar ao longo dos anos pela Igualdade e Não Discriminação a todos os níveis. Assim, esperamos que a criação deste Plano para o nosso município seja um instrumento para verdadeiramente caminharmos para o fim das desigualdades que esta sociedade ainda muito padece.” -----

----- A Doutora Sónia Fertuzinhos, afirmou que um dos grandes desafios do país, e os planos municipais para a igualdade têm exatamente a ver com esse desafio, que é diminuir a distância entre a normatividade legal e a normatividade social. Portugal é reconhecido internacionalmente, por ponto de vista do edifício legislativo ser um caso muitíssimo bem avaliado, pois, se tudo dependesse da legislação seria o país melhor posicionado em termos de igualdade entre mulheres e homens. A senhora deputada referiu a revolução de abril, e de facto, a revolução teve na promoção entre a igualdade entre mulheres e homens um dos grandes compromissos, e que depois, também condicionou muito as próprias propostas eleitorais de todos os partidos políticos ao longo do tempo nessa área. Na forma como a normatividade legal foi sendo construída, no início e nos primeiros governos e nas primeiras comissões para a igualdade, ou para a condição feminina, este edifício legislativo da igualdade foi muito construído de cima para baixo. Foi devido a algumas mulheres, que estão claramente identificadas ao longo do tempo, que a legislação foi sendo construída e, portanto,

foi uma legislação que a Virgínia Ferreira documenta e diz que houve essa iniciativa, que foi muito construída de cima para baixo, com a ambição toda no sítio certo, mas que criou uma maior dificuldade em se conseguir do ponto de vista da vida das pessoas. Os planos municipais, pelo facto de as autarquias e juntas de freguesia estarem ao nível mais próximo das pessoas e comunidades, visam ser um instrumento de acelerar a aproximação entre aquilo que diz a lei e aquilo que é a vida das pessoas e comunidades. O plano municipal em Azambuja, como todos os planos municipais, e agora também das próprias empresas, tem como objetivo primeiro serem instrumentos que reduzam a distância, que é uma distância que faz com que muitas vezes a palavra da lei tenha um sabor amargo, porque era expectável que tivesse impactos que ainda não teve. O plano em causa, para além da questão da linguagem inclusiva e, portanto, quando se fala em linguagem, a imagem também fala, e daí as propostas que estão no plano de ação. Há outras que têm exatamente o objetivo que a senhora deputada referiu como sendo importante, como por exemplo, a transversalização da perspetiva de género em todas as políticas do município, desde o desenvolvimento económico até ao cultural. É essa perspetiva de transversalização, de criação de indicadores que permitam medir, e mais uma vez, quando se mede há mais probabilidades de ser feito, porque as pessoas sabem o que é que podem esperar e elas próprias ficam mais atentas. Há uma dimensão muito importante no plano municipal, que a senhora deputada referiu, a questão dos trabalhadores, das trabalhadoras das empresas, que é a área da conciliação. O plano tem a ambição de ser possível, dentro do município, elaborar o primeiro plano para a promoção da conciliação dentro da própria administração local, mas depois ao nível do território juntar as partes, a própria câmara ser o pivô e líder, de juntar as partes necessárias para que haja um pacto local para a conciliação. É um pacto que envolve várias áreas de política pública ao nível local, por parte do executivo da câmara e de todos os órgãos locais, e que, naturalmente, terá de envolver empresas, o HUBSLISBON, os parceiros sociais, as organizações do setor social, que são fundamentais para a promoção da conciliação. Terá de envolver os próprios pais, mães, portanto, toda uma lógica de articulação e integração dessas diferentes dimensões, para que ao nível local se possa ter mecanismos que promovam o acesso a direitos mais efetivo, diminuindo e até eliminando aquilo que todos sabem, que no local de trabalho, ou no próprio ambiente social, podem ser entraves para que homens e mulheres possam usufruir desses direitos. O plano é muito centrado na sua implementação real, e as medidas refletem isso

mesmo, não pretende aumentar a distância entre o normativo legal e o normativo social, mas pelo contrário. Referiu que o senhor deputado Firmino Amendoeira tem toda razão no que disse. A questão da discriminação pela orientação sexual e tudo o que deriva dessa discriminação está presente no plano, ainda que de forma menos visível do que a questão da igualdade entre mulheres e homens. Não há mais importante ou menos importante quando se está a tratar de desigualdade, mas a questão da igualdade entre mulheres e homens trata das duas dimensões que compõem a humanidade, e na base as mulheres mais do que os homens, são discriminadas pelo facto de serem mulheres. Depois, há mulheres que são discriminadas, por exemplo, porque são lésbicas, mas nem todas as mulheres são discriminadas por esse facto, como há homens que são discriminados por serem de etnia cigana, mas nem todos são discriminados por esse facto. Existe de facto, uma questão de maioria, que tem a ver com a igualdade de mulheres e homens. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Cláudia Gomes do grupo PS, afirmando que o grupo municipal do partido socialista vem saudar a iniciativa municipal pela elaboração do plano. É um dos seus objetivos, do ponto de vista essencial, provocar, ou seja, mexer com o sistema instituído patriarcal, formando essa massa crítica, e desde o berço, desde a creche, porque é através daí que as crianças veem que são iguais e que não admitem que sejam discriminadas, seja qual for o motivo. Seja por serem homens ou mulheres, pela sua orientação sexual, pela sua escolha da profissão. Ficou muito agradada que Azambuja seja um dos municípios que esteja a fazer esse trabalho, a iniciar o caminho, que é sempre longo, porque é destruir com algo que já advém há muito tempo. -----

----- O Senhor Deputado Firmino Amendoeira do grupo BE, expôs que não acha que se devia ter colocado a ênfase noutra desigualdade qualquer, que não entre o homem e a mulher. O que acha é que a desigualdade entre o homem e a mulher aparece em todo o programa, e o que acontece é que depois as outras desigualdades quase que desaparecem ao longo do mesmo. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Helena Maciel do grupo CDS, mencionando que a doutora Sónia Fertuzinhos falou em duas fases, tendo percebido que a primeira tem uma data final de junho de 2023. A segunda fase falou até ao final do executivo, propondo as lideranças, não fazendo uma retrospectiva sobre uma estratégia definida pelo executivo, e não tem como é que a assembleia municipal irá, de forma mensurável avaliar e dar continuidade ao que se está a propor, não tendo visto nada em termos de datas, de planeamento e do que se propõe. Usou como exemplos a



indicação que a igualdade está no plano económico, social, digital, demográfico, cultural e questionou pelo emprego, pois a câmara municipal, para além de ser câmara e ter executivo, é entidade empregadora. Ouviram falar que os recursos humanos já têm a imposição legal, e alertou para a questão dos normativos legais que suportam tudo o que tem a ver com políticas para a igualdade, pois não existem, não estão públicos e disponíveis. Relativamente à questão da candidatura, disse não ter percebido a quantas pessoas foi feito o questionário e em que âmbito. Expôs que percebeu que o relatório tem de ser trabalhado, ainda tem margem de progressão e acha que nessa questão é que a assembleia municipal pode dar contributo. Atendendo que a concretização final de uma equipa de dezasseis pessoas é produzir um relatório, questionou em que âmbito, porque não vê isso espelhado na missão e visão do município. Por último, perguntou para que serve a candidatura e que retorno tem. -----

----- A Senhora Deputada Marta Diniz do grupo CDU, disse que a senhora deputada do partido socialista referiu que o PS está presente para desafiar o sistema patriarcal, o que compreende e concorda, porém, esse sistema patriarcal assenta num sistema económico chamado capitalismo e esse o partido socialista não parece ter vontade de desafiar. Questionou de que forma é que podem desafiar esse sistema patriarcal sem colocar em causa um determinado sistema económico, e até mesmo incentivando, de que modo é que se pode fazer políticas relativas à igualdade de género sem colocar em causa, ou sem pensar, sem refletir sobre o esquema de propriedade que assenta numa figura do homem branco. Perguntou de que forma é que isso é possível, que políticas é que são feitas do ponto de vista económico para a igualdade, que desafiem verdadeiramente as amarras económicas a que as mulheres estão sujeitas, como uma sobrejornada de trabalho, que é o trabalho doméstico e o trabalho normal, portanto, existem uma série de questões económicas relativas a um sistema vigente, que não são colocadas em causa, e que na sua opinião, para que se consiga colocar em causa o sistema patriarcal, têm de colocar em causa um determinado sistema económico. -----

----- A Doutora Sónia Fertuzinhos, afirmou que o interesse e discussão que se gera na assembleia, é um bom indicador da possibilidade de o plano ver a luz do dia. Referiu que há um trabalho que está a ser feito com cada uma das áreas de serviços da própria autarquia, que pretendem que depois possa ser feito com outros órgãos locais, e é um trabalho muito exigente, que exige uma grande proximidade. É um trabalho diário e minucioso, e como a senhora deputada questionava, o que é

que era a questão de recorrerem à academia, especialistas, organizações, é porque de facto é um trabalho que tem de ser assente no conhecimento, porque só assim é que depois conseguem definir as políticas, os objetivos, os públicos-alvo e alcançarem os resultados que o município pretender atingir. A propósito da questão da senhora deputada Cláudia Gomes, salientou que um plano municipal para a igualdade não tem a mesma dificuldade. Quando falam de igualdade, não discriminação, estão a falar de atitudes, de valores, da maneira como as pessoas se veem a si próprios no contexto da sociedade, como percecionam que os outros os veem e esperam de si, portanto, estão a falar daquilo que em boa parte faz as pessoas o que são, e é enquanto pessoas que produzem a sociedade que é aquela em que vivem. Quando se define uma estratégia para a habitação ou para a educação, existe outro tipo de dificuldades, pois não estão a tratar de questões que tenham tanto a ver com aquilo que o ser humano é, com a visão, a visão da sociedade e aquilo que projetam para a sociedade. Há uma linha de investigação e de conhecimento que fala da transformação de género, e o plano, cada uma das medidas, em cada um dos papéis que as pessoas que os vão implementar e que do outro lado vão estar a trabalhar para a sua implementação, implica muito com os estereótipos, que foram muito visíveis nos questionários, e que muitas vezes, mesmo quem trabalha com essas áreas todos os dias, se repara que a certa altura também estão a ter uma leitura enviesada e é preciso voltar atrás. Não duvida que é uma área de intervenção com essa dificuldade acrescida, desde logo já tiveram debates dessa área, onde muito facilmente se acaba a discutir uma questão de mulheres contra homens e homens contra mulheres. Em resposta à senhora deputada Helena Maciel, referiu que de facto o plano, no momento, só pode assumir responsabilidades até ao final do mandato, e por isso aquela questão que referiu de com o plano pretenderem colocar o comboio nos carris, de forma a que aquilo que é transversal e que é factual da realidade e que é a orientação das políticas públicas até do ponto de vista europeu, porque o financiamento é maioritariamente europeu e a própria europa tem orientações diretivas para os estados membros, que depois têm implicações nas medidas, não apenas nacionais mas também nas medidas dos planos municipais, portanto, há uma estrutura que não se antevê que esteja suscetível às mudanças dos ciclos políticos e há outras que sim. O que se pretende é que até ao final do mandato, as opções de política do executivo estejam cumpridas. O que se espera é que independentemente dos ciclos políticos, a política pública de género ao nível local, não possa regredir e a visibilidade é fundamental. Quanto à

questão de ter acesso à informação, por exemplo, quando há um separador na área dos serviços no site da câmara, automático, visível, quando se carrega na parte serviços, igualdade de género, e quando a partir daí se desenvolve e abre a parte da política local da igualdade de género, se tem organizado com informação lá dentro e essa informação também vai ser refletida em todas as áreas das políticas públicas locais, estão a contribuir para essa preocupação de haver mais informação. O questionário foi desenvolvido com o objetivo de, por exemplo, de envolver alunos e alunas, professores e professoras, encarregados de educação na escola, de forma aleatória, portanto, foram enviados para as entidades e as mesmas distribuíram os relatórios para preenchimento. Na câmara municipal, também foi distribuído aos funcionários e funcionárias, houve organizações de várias áreas que também foram envolvidas, e recolheu-se uma amostra em quantidade que pudesse ser válida, para depois se retirar as conclusões e os indicadores. Informou que o relatório de diagnóstico vai estar disponível online, quando houver o separador, e depois terá mais informação. No plano está a possibilidade e a medida de se criar um organismo, falando-se em observatório de igualdade ou em gabinete para a igualdade, pois essa é uma questão que terá de ser decidida ao nível do executivo, e do trabalho que depois vai sendo feito, mas o que se pretende é que seja esse organismo a produzir o relatório. Esse relatório terá de ter o contributo de todas as áreas do município, porque todas elas vão construir indicadores, vão desagregar indicadores que já existem, para que possam ter informação na perspetiva de género, portanto, vai implicar não apenas a equipa local para a igualdade, não apenas o organismo para a igualdade a ser criado, mas todas as áreas de serviço. Referiu que vai ser necessário definir recursos, desde logo, humanos com tempo para trabalharem essas questões e é esse trabalho que está a ser feito de forma muito exaustiva e compassada, para que também as pessoas, no âmbito de cada serviço, sintam não apenas o apoio, mas também possam tirar dúvidas e ter formações. Afirmou que compreendeu a questão do senhor deputado Firmino Amendoeira, mas parece-lhe que a implementação do plano vai dar mais visibilidade às outras discriminações, que são muito importantes ter em conta. -----

----- A Senhora Vereadora Mara Oliveira, em complemento ao que a Doutora Sónia Fertuzinhos disse, expôs que o plano não é do PS, do PSD, do CHEGA ou do BE, é um plano de todos, por isso mesmo foi enviado a todos os membros da assembleia. O objetivo é ser um plano de todos para todos, ou



seja, não tem a ver com a parte política, mas é terem um trabalho de continuidade, está a iniciar e não é para acabar. -----

V – APROVAÇÃO DA MINUTA -----

----- Aprovada por unanimidade. -----

VI – ENCERRAMENTO -----

----- Eram vinte e três horas e quinze minutos, quando a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a reunião. -----

----- Os trabalhos da Assembleia Municipal foram transmitidos através do Youtube no canal da Assembleia Municipal e poderão ser visionados através do link: -----

----- <https://www.youtube.com/watch?v=iOilKJa6S8s> -----

----- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----

A Presidente da Assembleia Municipal de Azambuja,

Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos

Primeiro Secretário,

Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição

Segunda-Secretária,

Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo